

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003512-49.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **WAGNER ANTONIO DOS SANTOS**
Requerido: **Edmundo de Jesus Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um automóvel, contatando posteriormente a pendência de uma multa em relação ao mesmo.

Alegou ainda que fez o pagamento dessa multa para regularizar a documentação do veículo, buscando a condenação do réu a indenizá-lo nesse montante.

Vê-se a fl. 02 que o automóvel trazido à colação estava em nome do réu, tendo sido transferido diretamente para o do autor.

Por outro lado, o réu em contestação reconheceu sua obrigação em quitar o valor da multa referida de início, tanto que disse tê-lo feito junto ao estabelecimento em que vendeu o veículo.

Assentadas essas premissas, o acolhimento da postulação vestibular transparece de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Com efeito, a legitimidade passiva *ad causam* do réu não promana de liame com o autor (que seguramente inexistiu), mas da circunstância de ter sido o responsável pela multa em apreço.

Já os argumentos que ele expendeu em contestação não o beneficiam.

Quanto ao pagamento do valor correspondente ao da multa, inexistiu sequer indício que lhe confira verossimilhança.

Todavia, ainda que isso se tivesse patenteado, remanesceria o dever do réu porque se apurou que o débito oriundo da multa não foi adimplido.

Significa dizer que se o réu entregou a terceiro o valor correspondente isso não assume relevância porque a dívida continuou em aberto.

Ele, em consequência, deverá indenizar o autor na forma do que aqui foi pleiteado, sem prejuízo de poder regressivamente acionar quem reputar de direito para reembolsar-se do que reputa fazer jus.

Como esse último aspecto não pode ser oposto ao autor ou produzir reflexos que o prejudiquem, persiste a certeza de que o seu pleito prospera.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.915,40, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2017 (época do pagamento de fl. 03), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 05 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA